Processo n.º 131/2006

Data: **8/Novembro/2007**

Requerente:

Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (澳門旅遊娛樂有限公司)

ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

A Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, S.A.R.L. (澳門旅遊娛樂有限公司) vem, pretensamente ao abrigo do disposto no artigo 572º do CPC, suscitar esclarecimento incidente sobre o acórdão proferido por este Tribunal, em 20 de Setembro de 2007, a fls 673 e segs.

Fá-lo injustificadamente e até, poder-se-ia considerar, com menos respeito por este Tribunal, não obstante anunciar o contrário, pelas razões que adiante se aduzirão.

Entre estes dois males, porque é de acto processual que se trata, abordar-se-á apenas o primeiro, assentando ele na falta manifesta de fundamento adjectivo e substantivo.

O artigo 572º do CPC preceitua:

“Pode qualquer das partes requerer no tribunal que proferiu a sentença:

- a) O esclarecimento de alguma obscuridade ou ambiguidade que ela contenha;
- b) A sua reforma quanto a custas e multa.”

O que pretende a impetrante?

Discordar da interpretação e enquadramento jurídico dado por este Tribunal, no sentido de considerar que as gorjetas integravam o salário do trabalhador; discordar do entendimento a que este Tribunal chegou no sentido de configurar o salário do trabalhador como um salário mensal.

Já não bastaria o espanto pela falta de fundamentos para a aclaração - sendo que a mera discordância não basta para sustentar o incidente suscitado -, como, caso que mais espanto causa e se estranha, invocam-se, para tanto, os fundamentos doutamente aduzidos em processo prolatado no TUI, em data posterior e que traduzem um entendimento diverso daquele que aqui foi consagrado.

É certo que tal ensinamento deve merecer de todos os agentes judiciais e Tribunais uma reflexão ponderada e responsável, o que, tanto quanto se sabe, não vem deixando de acontecer. Mas daí a extrair uma conclusão que vá no sentido de alterar uma outra decisão soberana e anteriormente proferida vai uma distância abissal.

Não se adjectiva a conduta processual ora empreendida, pelo muito respeito que os profissionais do foro nos devem merecer, mas esta

conduta reprovável não pode passar em claro.

Desde logo se ignora a ineficácia adjectiva - pese embora a sua relevância em termos de produção jurídica -, com reflexo neste ou noutros casos, para mais quando anteriormente proferidos.

Sendo certo que a requerente não pode ignorar, pelo aconselhamento técnico e patrocínio com que tem de litigar que a sábia Jurisprudência do TUI não constitui jurisprudência com força obrigatória mesmo em relação aos casos futuros.

Não obstante estes considerandos, não se deixará ainda de demonstrar a impertinência da requerente quanto às razões invocadas.

Para além da invocação da douta *doutrina* produzida pelo TUI aduz ainda a requerente um argumento, de todo inadmissível. Pondo em causa a matéria de facto que vem dada como assente nos autos e que não pode ser aqui infirmada, a propósito da recolha, contabilização e distribuição das gorjetas e referindo a existência de uma comissão paritária para esse efeito, invoca uma matéria de facto que não se sabe de onde provem. O enquadramento relevante feito no acórdão baseou-se, como não podia deixar de ser, na matéria que vem comprovada, não sendo atendível aquela que vem invocada, facto que o Ilustre Signatário também não podia ignorar.

Não pode haver contradição entre factos provados e outros que à luz do processo não existem.

Ainda quanto ao entendimento da configuração do salário

como mensal não se vislumbra onde resida qualquer obscuridade ou ambiguidade. A fls 53 e 54 do acórdão sobre o qual impende o presente pedido, explica-se claramente o entendimento deste Tribunal e o entendimento diverso do TUI, em caso diverso, ainda que relativamente a uma matéria semelhante, em nada pode afectar a decisão proferida.

A falta manifesta de fundamentos para a presente esclarecimento e a impertinência da mesma não pode passar sem censura e a parte não podia ignorar que a sua pretensão não tinha qualquer cabimento, pelo que se entende dever ser considerada como litigante de má-fé na formulação do artigo 385º, n.º 2, al. a) do CPC.

Nesta conformidade, nos termos e fundamentos expostos, ainda por nada haver a aclarar e vista a manifesta litigância de má-fé da requerente, indefere-se ao requerido e condena-se a requerente na multa de UCs 50 – art. 101º do C. Custas.

Considerando ainda que o desenvolvimento da argumentação expendida, ou a falta dela, atenta a sua natureza estritamente técnico-jurídica, resulta tão somente da actuação processual do Exmo Mandatário subscritor do aludido requerimento, entende-se que o mesmo não deve ficar isento de censura, a ele se ficando a dever aquela condenação de litigância de má-fé, pelo que dessa actuação se deve dar conhecimento à AAM, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 388º do CPC.

Custas do incidente pela requerente.

Notifique.

Macau, 8 de Novembro de 2007

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong